

RECURSO ESPECIAL Nº 1.713.110 - MS (2016/0330897-9)

RECORRENTE : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
DO SUL

RECORRIDO : MUNICÍPIO DE DOURADOS

PROCURADOR : SILVIA DIAS DE LIMA CAIÇARA E OUTRO(S) - MS006964

DECISÃO

Ministério Público do Estado do Mato Grosso do Sul ajuizou ação civil pública, com pedido de antecipação de tutela, contra o Município de Dourados/MS objetivando tutela jurisdicional no sentido da condenação do ente federativo à obrigação de fazer consistente em fornecer aos usuários do Sistema Único de Saúde, comprovadamente hipossuficientes economicamente, nas respectivas farmácias municipais e unidades de saúde do município, todos os medicamentos prescritos em receita médica e previstos na Relação Municipal de Medicamentos Essenciais – REMUME e na RENAME – Relação Nacional de Medicamentos, no que se refere ao Componente Básico de Assistência Farmacêutica, independentemente da fonte de obtenção da mesma, seja particular ou pública, sob pena de multa correspondente a R\$10.000,00 (dez mil reais) por cada usuário do SUS não atendido.

O Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso do Sul negou provimento ao recurso de apelação do *Parquet* Estadual, mantendo incólume a decisão monocrática de improcedência da ação (fls. 1.063-1.065), nos termos da seguinte ementa (fl. 1.137):

APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO CIVIL PÚBLICA – PRETENSÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO EM OBRIGAR O ENTE MUNICIPAL A FORNECER OS MEDICAMENTOS AOS PACIENTES INDEPENDENTEMENTE DA ORIGEM DA RECEITA, QUER EMITIDA POR MÉDICO VINCULADO AO SUS, QUER EMITIDA POR MÉDICO PARTICULAR – DESCABIMENTO – ENTE PÚBLICO – PRINCÍPIO DA LEGALIDADE – LEI N. 8.080/90 E DECRETO REGULAMENTADOR N. 7.508/2011 – ASSISTÊNCIA TERAPÊUTICA INTEGRAL – PACIENTE ASSISTIDO POR MÉDICO DO SUS – SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA MANTIDA – RECURSO NÃO PROVIDO.

A atuação da administração pública é regida pelo princípio da legalidade.

A Lei 8.080/90 disciplina que o acesso à saúde pública engloba a assistência terapêutica integral, de modo que o Poder Público deve disponibilizar os medicamentos previstos da Relação Nacional de Medicamentos Essenciais RENAME, a fim garantir o acesso universal e igualitário aos pacientes do Sistema Único de Saúde - SUS.

O Decreto Federal n. 7.508/2011, que regulamenta a Lei n. 8.080/90 e dispõe sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, estipula sistematicamente que o acesso universal e igualitário à assistência

farmacêutica pressupõe, cumulativamente: estar o usuário assistido por ações e serviços de saúde do SUS; ter o medicamento sido prescrito por profissional de saúde, no exercício regular de suas funções no SUS; estar a prescrição em conformidade com a RENAME e os Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas ou com a relação específica complementar estadual, distrital ou municipal de medicamentos; e ter a dispensação ocorrido em unidades indicadas pela direção do SUS (art. 28, caput e incisos).

Inexiste qualquer ilegalidade ou inconstitucionalidade no referido decreto, de modo que a administração pública está legalmente obrigada no fornecimento de medicamentos constantes em suas listas e que tenham sido prescritos por médicos vinculados ao SUS e que estejam conforme diretrizes terapêuticas definidas em protocolo clínico para a doença ou o agravo à saúde.

Ministério Público Estadual interpôs recurso especial, com fundamento no artigo 105, inciso III, alínea *a*, da Constituição da República, alegando malferimento ao art. 19-M da Lei n. 8.080/1990, visto que, em suma, o laudo (receituário) subscrito por profissional que não integra o Sistema Único de Saúde é prova suficiente da necessidade do fornecimento do medicamento, não havendo razões que justifiquem exigir que o paciente seja atendido por médico conveniado à rede pública, mormente na hipótese em que o Município não disponibiliza médicos suficientes para tanto.

Ofertadas contrarrazões ao recurso especial às fls. 1.168-1.178.

Instado a se manifestar, opinou o Ministério Público Federal opinou pelo provimento do recurso especial (fls. 1.222-1.227).

Às fls. 1.229-1.234 foi determinado o retorno dos autos à origem, em razão do REsp n. 1.657.156/RJ.

O Tribunal *a quo*, recebendo os autos, considerou que a análise da controvérsia esbarraria na vedação constante na Súmula 7/STJ e, ainda, que o referido REsp não se aplicaria na hipótese dos autos, em razão da modulação nele contida (fls. 1.246-1.252).

Assim, retornaram os autos a esta Corte.

É o relatório. Decido.

No que trata da alegação de malferimento ao art. 19-M da Lei n. 8.080/90, verifica-se que o acórdão recorrido não analisou seu conteúdo, nem foram opostos embargos de declaração para tal fim, pelo que carece o recurso do indispensável requisito do prequestionamento. Incidência dos Enunciados Sumulares n. 282 e 356 do STF, *in verbis*:

Súmula 282: É inadmissível o Recurso Extraordinário, quando não ventilada, na decisão recorrida, a questão federal suscitada.

Superior Tribunal de Justiça

Súmula 356. O ponto omissso da decisão, sobre o qual não foram opostos embargos declaratórios, não pode ser objeto de recurso extraordinário, por faltar o requisito do prequestionamento.

O acórdão recorrido resolveu a controvérsia à luz de dispositivo constitucional e com base na legislação federal de regência, no sentido de que a Administração Pública está legalmente obrigada ao fornecimento de medicamentos constantes nas respectivas listas, desde que prescritos por médico vinculados ao SUS.

Por fim, valho-me, ainda, do seguinte argumento expendido pelo Tribunal *a quo* quando da admissibilidade recursal (fls. 1.251-1252):

Por fim, deixa-se de aplicar o recurso representativo da controvérsia REsp 1.657.156/RJ (Tema 106), julgado em 25/04/2018 (publicado em 04/05/2018), em razão da modulação dos efeitos determinada nos seguintes termos:

"Sendo assim, verifica-se que o caso em tela impõe a esta Corte Superior de Justiça a modulação dos efeitos deste julgamento, pois vinculativo (art. 927, inciso III, do CPC/2015), no sentido de que os critérios e requisitos estipulados somente serão exigidos para os processos que forem distribuídos a partir da conclusão do presente julgamento. (...) Assim, deve-se verificar a conformidade do acórdão recorrido com a jurisprudência do STJ até o presente momento."

A ação originária em questão foi ajuizada em março de 2015 (fl.45), não se aplicando, de fato, o respectivo recurso representativo da controvérsia.

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, §4º, I, do RI/STJ, não conheço do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 02 de abril de 2020.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator